



A ESTRUTURA DE OCUPAÇÕES NOS MERCADOS DE TRABALHO DAS CIDADES MÉDIAS NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA RECENTE

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.14601>



Marco André Cadoná

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil



Resumo

O artigo apresenta dados de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar como a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em especial a partir da década de 2010, repercutiu nos mercados de trabalho de cidades médias do Rio Grande do Sul. Tomando como referência as mudanças ocorridas na estrutura de ocupações das cidades médias do Rio Grande do Sul no período entre 2010 e 2017, propõe-se que, apesar das singularidades dos mercados de trabalho das cidades médias gaúchas, algumas tendências gerais estão presentes no período analisado, indicando um processo de aprofundamento da insegurança dos trabalhadores nesses mercados de trabalho. Insegurança essa objetivada, por exemplo, nos altos índices de rotatividade nos empregos, no baixo poder aquisitivo dos salários, na criação de empregos vinculados ao setor de serviços básicos e que não estão associados a exigências de maior qualificação profissional.

Palavras-chave: Trabalho, mercados de trabalho, cidades médias, estrutura de ocupações, insegurança nos empregos.

1. Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar as condições de inserção dos trabalhadores nos mercados de trabalho em cidades médias do Rio Grande do Sul. Os mercados de trabalho das cidades gaúchas cujos municípios, em 2018, tinham mais de cem mil habitantes (e que estavam localizados fora da Região Metropolitana de Porto Alegre)¹ foram tomados como referência para a análise não somente da situação de emprego/desemprego, mas, também, das condições de contratação do trabalho, dos modos de inserção dos trabalhadores nos processos de trabalho, das formas de representação

¹ Nesse sentido, para os fins da análise apresentada neste artigo, são considerados os seguintes municípios: Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana.

Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.<191-214>, jul./dez. 2019

sociopolítica de trabalhadores. Como questão principal, que norteia toda a investigação, coloca-se: como a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir dos anos 2011 condicionou as formas históricas de inserção dos trabalhadores nos mercados de trabalho de cidades médias no Rio Grande do Sul?

A análise da dinâmica dos mercados de trabalho no Brasil ganhou importância, especialmente a partir da década de 1990, em virtude das reformas neoliberais do capitalismo no País. Depois da crise de “padrão desenvolvimentista” adotado pelos governos militares (1964 – 1985), durante a década de 1990 um projeto neoliberal orientou as políticas dos governos nacionais, numa expectativa de superação da crise econômica (intensificada durante a década de 1980) e de integração “competitiva” da economia nacional no processo histórico de mundialização do capital em curso naquele período.

No final dos anos 1990, no entanto, após uma década de governos comprometidos com reformas e políticas econômicas orientadas para o mercado, o balanço dos resultados alcançados e das perspectivas para o “capitalismo brasileiro” não era alentador. O sucesso no combate à inflação teve como custo um incontrolado endividamento público, o aumento das taxas de juros, o comprometimento dos investimentos e dos gastos públicos e a deterioração ainda maior da capacidade estruturante do Estado; a privatização, as fusões e as compras de empresas nacionais provocaram o aumento da oligopolização e da desnacionalização da economia do País (FIORI, 2002); a economia nacional apresentou um crescimento ainda mais insignificante daquele registrado durante a chamada “década perdida” (1980): em média, a economia brasileira cresceu 1,9% ao ano durante a década de 1990, contra os 2,2% alcançados durante a década de 1980 (CANO, 2000).

Para *as pessoas que vivem do trabalho*, a reestruturação neoliberal do capitalismo no Brasil a partir dos anos 1990 se manifestou através do aprofundamento do grau de precarização das condições e das relações de trabalho, observando-se, assim, uma crescente *insegurança dos trabalhadores*. Insegurança que se objetivou, considerando os dados da PED/DIEESE (Pesquisa de Emprego e Desemprego/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), realizada em regiões metropolitanas do País, através do crescimento do desemprego, do crescimento dos empregos em condição de vulnerabilidade (mercado informal, em especial), do comprometimento da renda dos trabalhadores, do crescimento no número de trabalhadores atuando sem cobertura de uma legislação social e trabalhista (DIEESE, 2001).

A partir dos anos 2000 e ainda durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), com algumas mudanças na direção das políticas governamentais
Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.<191-214>, jul./dez. 2019

(investimento em programas sociais, maior preocupação em impulsionar o crescimento econômico interno) e contando com uma conjuntura internacional mais favorável ao desenvolvimento do capitalismo no País, o processo de desestruturação dos mercados de trabalho da década de 1990, ainda que não tenha sido revertido, foi estancado. E se observou, então, um período de crescimento dos empregos formais no País (com uma consequente diminuição do desemprego e das ocupações informais), além de uma recuperação do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores (DIEESE, 2012).²

A tendência de crescimento dos empregos formais e de recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores teve continuidade no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011 – 2014), em que pese as mudanças ocorridas nas condições (internas e, principalmente, externas) do desenvolvimento do capitalismo no País.³

A partir de 2015, no entanto, a dinâmica de desenvolvimento da economia brasileira, agravada pela crise político-institucional que resultou, já em 2016, no Impeachment de Dilma Rousseff, repercutiu negativamente nos mercados de trabalho, observando-se, então, uma diminuição no nível de ocupação e o aumento do desemprego. A título de exemplo, no período entre outubro de 2015 e outubro de 2016 o desemprego aumentou de 9,4% para 12,9% em Fortaleza, de 10,1% para 10,8% em Porto Alegre, de 19,4% para 25,2% em Salvador e de 14,3% para 17,2% em São Paulo; no mesmo período, o nível de ocupação decresceu - 4,0% em São Paulo, - 3,8% em Fortaleza, - 2,4% em Salvador e - 0,5% em Porto Alegre (DIEESE, 2016).

Considere-se, ainda, que com o Impeachment de Dilma Rousseff o então vice-presidente, Michel Temer, assumiu a Presidência da República, levando adiante uma proposta de reforma trabalhista assentada nos pressupostos da desregulamentação, da privatização e da flexibilidade. A aprovação pelo Congresso Nacional da Reforma Trabalhista (que entrou em vigor a partir de novembro de 2017) criou condições históricas favoráveis à intensificação da precarização do trabalho no País, com a introdução do trabalho intermitente, com jornadas de trabalho mais flexíveis, com maior dificuldade de acesso à justiça do trabalho, com a

² Apenas para ilustrar, considere-se os dados da PED/DIEESE que, para o período entre 1999 e 2009, indicam que as taxas de desemprego diminuíram de 17,9% para 10,3% em Belo Horizonte, de 22% para 15,8% no Distrito Federal, de 19% para 11,1% em Porto Alegre, de 22,1% para 19,2% no Recife, de 27,7% para 19,4% em Salvador e de 19,3% para 13,8% em São Paulo (DIEESE, 2012, p. 64).

³ “[...] o governo Dilma desde 2011 sofre as consequências da mudança do cenário internacional, marcado pela redução do crescimento dos países emergentes, notadamente China e Índia, a crise do euro e a frágil recuperação americana. Adicionalmente, o consumo das famílias também desacelera nesse ano. A continuidade das ações anticíclicas revela que houve uma subestimação dos seus efeitos sobre o quadro fiscal brasileiro, bem como sobre as contas externas brasileiras” (CARLEIAL, 2015, p. 206).

afirmação do princípio do “acordado sobre o legislado”, com maior facilidade para a rescisão dos contratos (demissão).

Se os dados até então registrados (sobre emprego e desemprego a partir dos anos 1990) já são indicativos das repercussões que as políticas econômicas adotadas pelos diferentes governos nacionais têm sobre os mercados de trabalho, é importante destacar que eles não alcançam aspectos importantes e relacionados à situação dos trabalhadores no País. Não permitem perceber, por exemplo, a dinâmica de emprego e desemprego nos diferentes setores da economia, a natureza dos empregos criados e as demandas colocadas para os trabalhadores (qualificação profissional, experiência de trabalho, deslocamento nos espaços urbanos etc.), as formas de segregação dos trabalhadores nos mercados de trabalho, mesmo o modo como emprego/desemprego/formas vulneráveis de empregabilidade se manifestam nas “regiões interioranas” do País, onde estão localizados os pequenos e médios municípios.

Foi a partir dessas preocupações que a pesquisa que está na origem deste artigo propôs uma análise de como as mudanças que ocorreram a partir do governo Dilma Rousseff (2011) na condução das políticas governamentais no Brasil repercutiram em mercados de trabalho de cidades médias do Rio do Grande do Sul. A delimitação do objeto da pesquisa, portanto, enfatizou os mercados de trabalho de *cidades médias*, ou seja, de cidades que não estão situadas nas regiões metropolitanas do País, que apresentam “potenciais de absorção” de investimentos, pois possuem “algum tipo de economia de aglomeração” (ganhos de produtividade atribuídos à aglomeração geográfica de populações e/ou de atividades econômicas) e, ao mesmo tempo, que “não incorrem em deseconomias de aglomeração, típicas das grandes metrópoles” (PEREIRA, LEMOS, 2003, p.127); mas, também, cidades que têm importância regional, pois são referências para um determinado número de municípios em seu entorno (em termos de comércio, de serviços, de empregos) e, ao mesmo tempo, articulam uma região com circuitos nacionais e mesmo internacionais de produção (SPOSITO, 2007).

Sob o ponto de vista teórico-metodológico, a análise apresentada considera como pressuposto que, no contexto histórico de reestruturação do modo de produção capitalista ocorrido principalmente a partir das três últimas décadas do século XX, observa-se um processo de precarização do trabalho e das condições de inserção dos trabalhadores nos mercados de trabalho.

Nessa direção, é importante destacar que já a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970 os principais países capitalistas conheceram uma profunda crise estrutural, cujas manifestações principais foram o crescimento econômico muito baixo, a diminuição dos

Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.<191-214>, jul./dez. 2019

investimentos, a alta dos índices inflacionários, a redução no ritmo do progresso técnico, a diminuição da rentabilidade do capital, a estagnação dos salários, o crescente desemprego (DUMÉNIL, DOMINIQUE, 2003, p. 15). Em decorrência, nas três últimas décadas do século XX, as tentativas de superação daquela crise promoveram grandes transformações nas condições históricas de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Desde então, capitaneado pela ação hegemônica dos países capitalistas centrais (sob a liderança dos Estados Unidos) e das forças sociais (individuais e coletivas) economicamente dominantes em esfera mundial, um processo de reestruturação intentou soluções sistêmicas para os impedimentos que, a partir do final da década de 1960, emperraram o processo de acumulação de capital. *Uma profunda reestruturação produtiva*, apoiada na flexibilidade dos padrões de organização do processo de trabalho e da produção, dos mercados de trabalho, dos produtos e do consumo, e com ênfase na financeirização da economia e na mundialização do capital, somada a um *novo arcabouço político e ideológico*, o *neoliberalismo*, colocaram-se como as principais expressões daquele processo de reestruturação que, desde a década de 1970, deu forma a uma nova fase histórica do modo de produção capitalista.

Para os trabalhadores, o processo histórico de reestruturação do capitalismo resultou, como tendência geral, em crescente “precarização do trabalho”, expressão de novas e velhas formas de exploração dos trabalhadores, seja através da relação direta entre capital-trabalho, seja através dos mecanismos sociais e estatais de controle sobre os trabalhadores. Em nível de mercados de trabalho, essa precarização tem expressão na intensificação de diferentes formas de insegurança dos trabalhadores, tal como, ainda durante a década de 1990, Jorge Mattoso analisava a partir da realidade histórica dos países capitalistas centrais (MATTOSO, 1994): a) *insegurança no mercado de trabalho*, tendo em vista o quadro de desemprego que acompanha os trabalhadores em todo o Planeta, inclusive nos países capitalistas que, durante o período que compreendeu a Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, praticaram políticas de pleno emprego; b) *insegurança nos empregos*, que se expressa no crescimento de empregos marcados pela vulnerabilidade, tais como o emprego temporário, o emprego informal, o emprego de meio-expediente, o trabalho intermitente; c) *insegurança na renda*, indicativa do comprometimento da renda dos trabalhadores, seja por que os empregos são mais vulneráveis, seja por que, também, as condições de lutas dos trabalhadores são fragilizadas pelo desemprego, pelos novos tipos de empregabilidade, pelas políticas estatais que atingem frontalmente os interesses de classe dos trabalhadores; d) *insegurança na contratação do trabalho*, em virtude das “reformas neoliberais” nas legislações trabalhistas, comprometidas que são com a desregulamentação de direitos (retirada de direitos até então conquistados pelos

Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.<191-214>, jul./dez. 2019

trabalhadores), com a privatização dos direitos (aposta na lógica do mercado como mecanismo regulador das relações entre capital e trabalho) e com a flexibilização dos direitos trabalhistas (neologismo que expressa uma tendência de afirmação de legislações que permitem que as relações entre capital e trabalho se tornem cada vez mais efêmeras, suscetíveis a mudanças de acordo com os interesses vinculados à valorização do capital); e) *insegurança na representação do trabalho*, em virtude um processo histórico de fragilização das representações sociopolíticas dos trabalhadores, atingidas pelo desemprego, pelas novas formas de empregabilidade, pelas ofensivas das políticas neoliberais (MATTOSO, 1994).

A análise do processo histórico de reestruturação do capitalismo ocorrido a partir das últimas décadas do século XX, bem como de suas repercussões sobre o trabalho, os mercados de trabalho e os trabalhadores, é de grande importância para a identificação dos traços gerais que definem aquele processo, bem como suas repercussões no mundo do trabalho. Porém, se a análise precisa estar atenta a essas tendências gerais, às uniformidades e aos padrões construídos, não pode se descuidar, igualmente, das singularidades históricas, manifestadas essas na forma como agem e reagem (diante do próprio processo de reestruturação do modo de produção capitalista) empresas, setores econômicos, instituições, classes sociais, regiões, mesmo países.

Cabe destacar, por fim, que sob o ponto de vista da análise apresentada neste artigo são tomados dados (secundários) sobre a estrutura de ocupações nas cidades médias gaúchas. Dados do Censo Demográfico de 2010 e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) são utilizados para acompanhar a dinâmica de ocupações nas cidades médias do Rio Grande do Sul, no período entre 2010 e 2017, com o objetivo de, ao final, analisar não somente as tendências gerais e específicas (das regiões onde estão localizadas as cidades médias), mas, também, os traços do processo histórico de precarização do trabalho que caracteriza as formas de atuação de parcelas significativas de pessoas que vivem no trabalho nas cidades médias do Rio Grande do Sul.

2. A estrutura de ocupações nas cidades médias

Como indica Manuel Castells, “em qualquer processo de transição histórica, uma das expressões de mudança sistêmica mais direta é a transformação da estrutura ocupacional, ou seja, a composição das categorias profissionais e do emprego” (CASTELLS, 1999, p. 224). Nesse sentido, a análise da composição das ocupações e dos empregos tem importância para uma melhor compreensão dos mercados de trabalho, mas, também, para melhor compreender como o processo de reestruturação do modo de produção capitalista, desde as últimas décadas do século XX, repercute sobre o trabalho e os trabalhadores nas cidades médias gaúchas.

Importante destacar que diferentes interpretações teóricas estão presentes no debate sobre as repercussões do processo histórico de reestruturação capitalista sobre as estruturas ocupacionais e de empregos. Algumas delas, como é o caso da vertente “pós-industrialista”, já há muito tempo defendem que as sociedades caminham em direção à “sociedade da informação”, na qual ganham proeminência as ocupações com maior conteúdo de informação e de conhecimento (profissões administrativas, especializadas e técnicas). Outras, como é o caso do próprio Manuel Castells, defendem que, “embora haja uma tendência comum na evolução da estrutura de emprego, típica das sociedades informacionais, também existe uma variação histórica de modelos de mercado de trabalho segundo as instituições, a cultura e os ambientes políticos específicos” (CASTELLS, 1999, p. 224)

Para o caso brasileiro, já vários pesquisadores acompanham as mudanças que ocorrem na estrutura ocupacional no contexto de reestruturação do capitalismo no País, desde os anos 1990. Márcio Pochmann, por exemplo, analisando as repercussões da reestruturação neoliberal dos anos 1990, destacou algumas características na estrutura ocupacional no País, dentre as quais: a) a tendência da realidade brasileira “se distinguir da estrutura ocupacional das economias avançadas”, apresentando “alta concentração de trabalhadores nas ocupações profissionais inferiores e baixa concentração nas ocupações intermediárias e superiores” (POCHMANN, 2001, p. 52); b) a perda relativa do setor industrial na estrutura de ocupações, lado ao lado ao aumento das ocupações de serviços; c) a manutenção de uma percentagem significativa de ocupações vinculadas às atividades agropecuárias; d) a tendência das ocupações profissionais mais concorridas (durante a década de 1990) não serem “aquelas que poderiam ser identificadas com as ocupações modernas (profissionais técnicos, técnicos superiores e direção)” (POCHMANN, 2001, p. 68); e) a tendência do “perfil das ofertas profissionais em alta no país” não estar “necessariamente associado às exigências de maior qualificação profissional” (POCHMANN, 2011, p. 70).

A partir dos anos 2000, no entanto, as mudanças que ocorreram nas políticas de desenvolvimento do capitalismo no País, o aumento dos empregos formais, bem como os maiores investimentos em educação, criaram expectativas quanto ao crescimento das atividades com conteúdo informacional. Analisar como essas mudanças que ocorreram a partir dos anos 2000 repercutiram sobre a estrutura das ocupações ainda é um desafio importante para a bibliografia que se ocupa com os mercados de trabalho no Brasil (ainda que o acúmulo de pesquisas e de análises permita concluir que as características apontadas por Pochmann no início dos anos 2000 mantêm a força explicativa).

Claro que enfrentamento desse debate está num horizonte que a análise apresentada neste artigo não pretendeu alcançar. Para os fins desta análise, cabe apenas indicar algumas questões acerca de como o processo de reestruturação do capitalismo no Brasil está repercutindo na estrutura de empregos das cidades médias gaúchas.

Uma análise, aliás, que tem limites nos próprios dados secundários considerados. Pois construída a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 e dos dados do CAGED, esses últimos referentes ao período entre 2011 e 2017. Os primeiros permitem uma fotografia do que estava presente em 2010, ainda que a análise, através da incorporação de outros estudos já existentes, possa situá-los no contexto histórico de mudanças ocorridas nos mercados de trabalho no Brasil na primeira década deste século. Os segundos estão limitados ao mercado formal de trabalho, ainda que permitam não somente a análise da distribuição das ocupações formais entre os diferentes setores econômicos, mas, também, das ocupações que mais empregam num dado período.

Uma primeira aproximação com a estrutura de ocupações presente nas cidades médias gaúchas é possível através da análise das principais “seções de atividade” que, segundo o Censo Demográfico de 2010, definiam como os ocupados se distribuíam entre as atividades econômicas. O quadro a seguir apresenta esses dados (Quadro 01).

QUADRO 01: População com 10 anos ou mais em cidades médias do Rio Grande do Sul, ocupada na semana de referência, por seção de atividade.

Seção de atividade	Ocupados	n.	%
Administração pública, defesa e seguridade social		50.018	5,1
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura		65.326	6,6
Água, esgoto, atividades de gestão e resíduos e descontaminação		7.835	0,8
Alojamento e alimentação		32.876	3,3
Artes, cultura, esporte e recreação		8.771	0,9
Atividades administrativas e serviços complementares		30.572	3,1

Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	13.132	1,3
Atividades imobiliárias	5.407	0,6
Atividades mal especificadas	59.849	6,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas	32.336	3,3
Comércio, reparação de veículos automotivos e motocicletas	182.226	18,6
Construção	66.324	6,8
Educação	60.190	6,1
Eletricidade e gás	2.557	0,3
Indústria da transformação	163.453	16,6
Indústrias extrativas	1.161	0,1
Informação e comunicação	10.981	1,1
Outras atividades de serviços	27.534	2,8
Saúde humana e serviços sociais	46.681	4,8
Serviços domésticos	62.943	5,8
Transporte, armazenagem e correios	51.232	5,2
TOTAL	981.404	100,0

Fonte: IBGE, 2011.

Os dados apresentados neste quadro detalham a distribuição das ocupações entre as diferentes atividades econômicas, podendo ser identificadas aquelas que ocupavam um maior número de trabalhadores: “comércio, reparação de veículos automotivos e motocicletas” (18,6%), indústria da transformação (16,6%), “agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” (6,6%), “educação” (6,1%). Além dessas, as atividades de “administração pública, defesa e seguridade social” merecem destaque, pois o número de ocupados expressa a importância do setor público nas cidades médias, agregando atividades de responsabilidade tanto da esfera municipal quanto das esferas estadual e federal (repartições públicas estaduais e federais, universidades federais, exército e aeronáutica, instituições de segurança pública etc.).

O agrupamento dessas atividades em setores econômicos (agropecuária, serviços, comércio, indústria) permite destacar as atividades de serviços como aquelas que maior número de trabalhadores ocupavam nas cidades médias em 2010. Considerando-se, então, a participação dos setores econômicos no conjunto das ocupações presentes nas cidades médias gaúchas em 2010, as atividades vinculadas à agropecuária compreendiam 6,6%, as atividades vinculadas ao comércio e reparação de veículos compreendiam 18,6%, as atividades vinculadas à construção civil compreendiam 6,8%, as atividades industriais compreendiam 16,7% e as atividades de serviços compreendiam 44,5% das pessoas ocupadas.

Considerando as regiões metropolitanas do País, em dezembro de 2010 a distribuição das ocupações entre os setores econômicos era a seguinte: indústria da transformação –

16,8%; construção civil – 7,2%; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas – 19,3%; serviços – 56,2% (FEE, 2018). No Brasil, tomando como referência a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do IBGE, para o ano de 2013, as atividades agropecuárias ocupavam 14,2%, as atividades industriais ocupavam 13,5%, as atividades da construção civil ocupavam 9,2%, o comércio e a reparação de veículos ocupava 17,8% e as atividades de serviços ocupavam 45,3% dos 96 milhões de brasileiros que estavam ocupados (IBGE, 2014).

As cidades médias gaúchas se diferenciavam das regiões metropolitanas pela presença de empregos vinculados às atividades agropecuárias e por uma menor participação do setor de serviços no total de ocupações existentes, pois nos demais setores os dados têm proximidade. Quanto às diferenças em relação à realidade do País, observa-se que nas cidades médias a ocupação nas atividades agropecuárias era menor, mas, ao mesmo tempo, as atividades industriais tinham maior importância.

Em que pese a diminuta participação da população rural nos municípios de porte médio do Rio Grande do Sul, as atividades agrícolas ainda mantêm certa importância. Como foi indicado no quadro anterior (quadro 01), em 2010 eram 65.536 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. São atividades que estão vinculadas à agricultura familiar presentes nesses municípios, de modo geral organizada para atender necessidades locais (produção de alimentos, espaços turísticos). Mas se caracterizam, também, como atividades assalariadas, em alguns casos vinculadas à própria agricultura familiar e, em outros casos, a atividades de pecuária e agricultura, de médio e grande porte, que se desenvolvem tendo no assalariamento a forma básica de trabalho.

Por outro lado, é importante destacar que a participação dos empregos industriais nas cidades médias é praticamente igual àquela observada nas regiões metropolitanas, expressando, nesse sentido, movimentos de afirmação desses espaços localizados fora das regiões metropolitanas como espaços de produção industrial.

O conjunto desses dados indicam, portanto, que as cidades médias gaúchas têm uma estrutura de ocupação onde as atividades agropecuárias não podem ser desprezadas, as atividades industriais indicam uma participação importante na produção industrial no Rio Grande do Sul, e as atividades de serviços, de fato, têm proeminência. No entanto, não é possível daí concluir que essas cidades caminham em direção a realidades informacionais, pois muitas das atividades de serviços não se caracterizam como atividades que têm conteúdo de informação e de conhecimento.

Destaque-se, nesse sentido, que os “serviços” compreendem um leque muito grande de atividades econômicas. Apenas para ilustrar, tome-se a distribuição de serviços que é considerada por Manuel Castells em seu estudo sobre a estrutura de ocupações nos países capitalistas centrais (países da Europa Central, Estados Unidos, Japão). Segundo sua distribuição, o que se considera atividade de serviços compreende, pelo menos, quatro grupos de atividades: 1. Serviços de distribuição (transporte, comunicações, atacado, varejo); 2. Serviços relacionados à produção (bancos, seguros, imóveis, engenharia, contabilidade, serviços empresariais diversos, serviços de assessoria jurídica); 3. Serviços sociais (serviços médico-hospitalares, hospitais, escolas, serviços religiosos e de bem-estar social, organizações sem fins lucrativos, correios, órgãos públicos, serviços sociais diversos); 4. Serviços pessoais (serviços domésticos, serviços de hotelaria, bares, restaurantes e similares, conserto em geral, lavanderia, barbearias, salões de beleza, entretenimento, serviços pessoais diversos) (CASTELLS, 1999, p. 318).

Muitos desses serviços não têm compromisso com o acompanhamento do desenvolvimento técnico-científico. Mas, mais importante, todos eles compreendem atividades que não necessariamente incorporam o desenvolvimento técnico-científico. Desde os transporte, as comunicações, até os serviços sociais, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, num contexto de racionalização do processo de trabalho, não necessariamente compreendem apropriação de conhecimentos científicos. Se tomado como exemplo as atividades desenvolvidas por trabalhadoras em *cal centers*, a “excessiva simplificação, característica do trabalho terceirizado, enseja oportunidade de a empresa, sob o argumento de que seu trabalho é ‘plenamente substituível’, submeter esses trabalhadores a uma constante ameaça de desemprego” (WOFF, CAVALCANTE, 2006, p. 264). Em que pese estar situado em atividades de comunicação (afinal, espaço representativo dos avanços técnico-científicos de ponta nas sociedades contemporâneas), a organização do processo de trabalho implica simplificação de tarefas, baixo conteúdo cognitivo das mesmas, controle sobre os trabalhadores, uso da facilidade de treinar trabalhadores como argumento de poder e de submissão.

Uma análise mais precisa dessa relação entre estrutura de ocupações e atividades vinculadas com maior conteúdo de informação e de conhecimento, bem como das exigências decorrentes daí em termos de qualificação profissional para os trabalhadores, será realizada adiante, quando consideradas as atividades que mais empregaram no mercado formal das cidades médias gaúchas no período entre 2011 e 2017. Antes porém, aproveita-se os dados do Censo Demográfico de 2010 para uma análise de como a distribuição dos empregos ocorria

Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.<191-214>, jul./dez. 2019

naquele período entre homens e mulheres. Sob o ponto de vista da análise dos mercados de trabalho, são dados de grande importância, não somente para a identificação de atividades profissionais que se vinculam mais a um determinado gênero, mas, principalmente, para a análise de padrões de desigualdades (de gênero) que estão presentes e se reproduzem nas cidades médias.

O quadro a seguir já permite essa análise. Nele pode-se perceber, em primeiro lugar, a identificação das atividades profissionais com os gêneros, resultado dos acúmulos históricos de relações sociais que se configuram não somente nas cidades médias, mas, também, nas regiões, nos estados, no próprio País.

Observe-se que as atividades que estavam mais significativamente vinculadas com os homens eram as atividades de “administração pública, defesa e seguridade social” (66,1% das ocupações existentes eram ocupadas por homens), de “agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” (66,3% ocupadas por homens), de “água, esgoto, atividades de gestão e resíduos e descontaminação” (71,5% ocupadas por homens), de “construção” (96,4% ocupadas por homens); eletricidade e gás (83,5% ocupadas por homens), da “indústria da transformação” (64,1% ocupadas por homens), das “indústrias extrativas” (90,1% ocupadas por homens), da “informação e comunicação” (70,1% ocupadas por homens) e de “transporte, armazenagem e correios” (88,9% ocupadas por homens).

Por outro lado, dentre as mais significativamente vinculadas com as mulheres estavam as atividades de “alojamento e alimentação” (63,6% ocupadas por mulheres), de “educação” (75,4% ocupadas por mulheres), as “outras atividades de serviços” (62,4% ocupadas por mulheres), de “saúde humana e serviços sociais” (76,9% ocupadas por mulheres) e de “serviços domésticos” (95,2% ocupadas por mulheres). (Quadro 02).

QUADRO 02: População com 10 anos ou mais em cidades médias do Rio Grande do Sul, ocupada na semana de referência, por seção de atividade e sexo.

Seção de atividade	Homens		Mulheres		TOTAL	
	n.	%	n.	%	n.	%
Administração pública, defesa e seguridade social	33.040	66,1	16.978	33,9	50.018	100,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	43.309	66,3	22.017	33,7	65.326	100,0
Água, esgoto, atividades de gestão e resíduos e descontaminação	5.605	71,5	2.230	28,5	7.835	100,0
Alojamento e alimentação	11.961	36,4	20.915	63,6	32.876	100,0
Artes, cultura, esporte e						

recreação	5.120	58,4	3.651	41,6	8.771	100,0
Atividades administrativas e serviços complementares						
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	15.744	51,5	14.828	48,5	30.572	100,0
Atividades imobiliárias	6.348	48,3	6.784	51,7	13.132	100,0
Atividades mal especificadas	2.945	54,5	2.462	45,5	5.407	100,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas	34.226	57,2	25.623	42,8	59.849	100,0
Comércio, reparação de veículos automotivos e motocicletas	16.418	50,8	15.918	49,2	32.336	100,0
Construção	99.975	54,9	82.251	45,1	182.226	100,0
Educação	63.932	96,4	2.392	3,6	66.324	100,0
Eletricidade e gás	14.777	24,6	45.413	75,4	60.190	100,0
Indústria da transformação	2.135	83,5	422	16,5	2.557	100,0
Indústrias extrativas	104.765	64,1	58.688	35,9	163.453	100,0
Informação e comunicação	1.046	90,1	115	9,9	1.161	100,0
Outras atividades de serviços	7.701	70,1	3.280	29,9	10.981	100,0
Saúde humana e serviços sociais	10.359	37,6	17.175	62,4	27.534	100,0
Serviços domésticos	10.764	23,1	35.917	76,9	46.681	100,0
Transporte, armazenagem e correios	3.039	4,8	59.904	95,2	62.943	100,0
	45.567	88,9	5.665	11,1	51.232	100,0

Fonte: IBGE, 2011.

Esses dados precisam ser situados, inclusive no tempo da coleta. Desde 2010, a participação de homens e de mulheres pode ter apresentado modificações. De qualquer forma, fica evidenciado o predomínio masculino num maior número de atividades e a maior participação das mulheres ainda em atividades mais desvalorizadas socialmente. É o caso, por exemplo, das atividades domésticas, que simbolizam a exploração das mulheres no mercado de trabalho, pois de modo geral atividades mal remuneradas, em 2010 ainda distantes de uma proteção legal, desvalorizadas culturalmente, discriminadas socialmente.

Destaque-se, também, que os dados quantitativos registrados não permitem uma análise das relações de poder que decorrem da participação de homens e mulheres. Afirmar que as mulheres constituem maioria num determinado setor não autoriza concluir que, nesse setor, as mulheres ocupem as atividades de maior prestígio e que garantem maior poder. O setor de educação pode ser utilizado como exemplo, na medida em que as mulheres constituem a maioria, mas a presença feminina é ainda maior nas atividades de educação básica, onde o trabalho tende a ser mais precário e menos valorizado.

Apenas para ilustrar, tome-se como referência o magistério público estadual no Rio Grande do Sul, onde 93% são mulheres e 7% são homens. Além dos salários aviltados e parcelados (desde o início do governo de José Ivo Sartori os professores estaduais no Rio Grande do Sul recebem seus salários de forma parcelada), quando se analisa a participação das mulheres nas direções das escolas se percebe que são os homens que aumentam a participação: eles são 7% de todos os professores, mas são 14% dos diretores de escolas; elas são 93% das professoras, mas são 86% dos diretores de escolas (MASSENA, LUCE, 2018).

As desigualdades entre homens e mulheres nos mercados de trabalho das cidades médias ficam ainda mais evidenciadas quando são analisadas as distribuições das ocupações por gênero. O quadro a seguir apresenta esses dados. Observe-se que se trata de um quadro que permite uma análise da distribuição das diferentes ocupações entre homens e mulheres, mas, também, da importância das diferentes ocupações na estrutura ocupacional nas cidades médias, remetendo, portanto, à análise proposta neste artigo, mais precisamente sobre a relação entre a estrutura de ocupações, as transformações tecnológicas e organizacionais e o perfil profissional dos trabalhadores (Quadro 03).

QUADRO 03: População com 10 anos ou mais em cidades médias do Rio Grande do Sul, ocupada na semana de referência, por grupos de ocupação e por sexo.

Sexo	Homens		Mulheres		TOTAL	
	n.	%	n.	%	n.	%
Grupos de ocupação						
Diretores e/ou gerentes	30.183	63,3	17.491	36,7	47.674	100,0
Membros da F. Armada	12.986	96,4	485	3,6	13.471	100,0
Ocupações elementares	67.058	40,2	99.819	59,8	166.877	100,0
Operadores de Instalações e máquinas e montadores	57.837	76,8	17.510	23,2	75.347	100,0
Profissionais das ciências e intelectuais	43.868	40,1	65.476	59,9	109.344	100,0
Técnicos e profissionais de nível médio	55.614	61,4	34.987	38,6	90.601	100,0
Trabalhadores de apoio administrativo	26.226	34,4	49.998	65,6	76.224	100,0
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	63.809	42,9	84.855	57,1	148.664	100,0
Trabalhadores qualificados da agropecuária, da caça e da pesca	27.298	64,1	15.302	35,9	42.600	100,0
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das						

Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.<191-214>, jul./dez. 2019

artes mecânicas e outros ofícios						
Operadores mal definidos	114.621	85,2	19.865	14,8	134.486	100,0
	41.979	55,2	34.137	48,8	76.116	100,0

Fonte: IBGE, 2011.

Note-se que as mulheres constituem maioria nas “ocupações elementares”, entre “profissionais das ciências e intelectuais” (em virtude da inclusão, nesse item, das atividades vinculadas à educação), entre os trabalhadores de apoio administrativo e entre os “trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados”. Já os homens constituem maioria entre os “diretores/gerentes”, os “membros das forças armadas”, entre os “operadores de instalações de máquinas e montadores”, entre os “técnicos e profissionais de nível médio”, entre os “trabalhadores qualificados da agropecuária, da caça e da pesca” e entre os “trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios”. É muito simbólico que dentre os gerentes/diretores os homens constituam 63,3%, pois expressa que, ainda que mudanças já estivessem ocorrendo (expressas nas 36,7% de diretoras e/ou gerentes mulheres), os homens ocupavam os cargos mais estratégicos e mais valorizados.

Mas, para além dessa análise das desigualdades de gênero nos mercados de trabalho, os dados do quadro 03 remetem à análise da importância das diferentes ocupações na estrutura de ocupações nas cidades médias gaúchas. Para que se possa ter uma melhor visualização desses dados, o quadro a seguir os considera novamente, agora sem a distribuição das ocupações entre homens e mulheres, mas com a definição percentual de cada ocupação no total de ocupações (Quadro 04).

QUADRO 04: População com 10 anos ou mais em cidades médias do Rio Grande do Sul, ocupada na semana de referência, por grupos de ocupação.

Grupos de ocupação	Sexo	TOTAL	
		n.	%
Diretores e/ou gerentes		47.674	4,9
Membros da F. Armada		13.471	1,4
Ocupações elementares		166.877	17,0
Operadores de Instalações e máquinas e montadores		75.347	7,7
Profissionais das ciências e intelectuais		109.344	11,1
Técnicos e profissionais de nível médio		90.601	9,2

Trabalhadores de apoio administrativo	76.224	7,8
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	148.664	15,1
Trabalhadores qualificados da agropecuária, da caça e da pesca	42.600	4,3
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	134.486	13,7
Operadores mal definidos	76.116	7,8
Total	981.404	100,0

Fonte: IBGE, 2011.

Uma primeira aproximação com esses dados diz que quatro ocupações são as mais importantes nas cidades médias gaúchas: “ocupações elementares”, “trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados”, “trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios” e “profissionais das ciências e intelectuais”. Juntos, essas quatro ocupações compreendiam 56,9% do total das ocupações existentes em 2010 nas cidades médias consideradas.

Observe-se que, ao mesmo tempo em que atividades de pouco conteúdo de informação e de conhecimento são importantes na estrutura de ocupações das cidades médias gaúchas, atividades de maior conteúdo de informação e de conhecimento não podem ser relativizadas. Essa é uma constatação importante, pois apresenta uma fotografia da estrutura de empregos nas cidades médias na primeira década do século XXI. E, como foi indicado, não se pode desprezar a presença de uma parcela de trabalhadores que ocupam atividades intelectuais, de gerência, de planejamento, destacando-se, nesse sentido, atividades que estão mais próximas de conteúdos de informação e de conhecimento, bem como das necessidades de acompanhamento das transformações técnico-científicas nas sociedades contemporâneas.

As cidades médias são espaços que, fora das regiões metropolitanas do País, concentram atividades econômicas importantes, além de uma estrutura de serviços (inclusive sociais), que implicam na presença de trabalhadores qualificados e com níveis elevados de escolaridade. Empresas privadas instaladas nas cidades médias requerem trabalhadores que assumam as tarefas administrativas, a maioria requisitada nas próprias cidades médias, com escolaridade elevada e com experiências nos mercados de trabalho que implicam atualização profissional. Atividades de serviços, como por exemplo educação e saúde, atraem para as cidades médias intelectuais (mestres e doutores para o trabalho nas universidades, por exemplo) e profissionais liberais (médicos, dentistas, psicólogos), quase sempre atentos (e cobrados pelas) às mudanças científicas e tecnológicas de suas áreas.

Contudo, ainda que importante, a fotografia da estrutura de ocupações não permite uma conclusão mais precisa acerca das ocupações profissionais mais concorridas, nem (e principalmente) se o perfil de ofertas profissionais em alta nas cidades médias está ou não associado a exigências de maior qualificação profissional.

Uma análise que pode ser realizada quando se considera a dinâmica de admissões nas cidades médias gaúchas no período entre 2011 e 2017, com atenção às ocupações que mais admitiram, bem como ao perfil profissional associado a essas ocupações. E é com essa intenção que na sequência serão apresentados dois quadros, com dados sobre as quarenta ocupações que mais admitiram nas cidades médias gaúchas entre 2011 e 2014 e entre 2015 e 2017. O acompanhamento dessa dinâmica de admissões, somado à discussão sobre o perfil profissional associado às ocupações que mais admitiram, permitirá, então, o apontamento de algumas questões acerca dos perfis profissionais que, nesse período mais recente, estão em alta, bem como da relação desses perfis com atividades de maior conteúdo de informação e de conhecimento.

Para a análise dos perfis profissionais relacionados às ocupações que mais admitiram nos dois períodos referidos, serão considerados três grupos de atividades: 1. Atividades de nível superior, compreendendo aquelas que estão vinculadas a postos de gerência, de direção, de planejamento, de programação e que remetem à exigência de uma educação formal de nível superior; 2. Atividades de nível intermediário, compreendendo aquelas que estão vinculadas a postos de controle de supervisão, operadores, atividades técnicas e de assistência administrativa; 3. Atividades de nível inferior, compreendendo aquelas que estão vinculadas a postos de atividades simples, manuais, de execução, que não necessariamente exigem uma educação formal média ou superior, ainda que nos locais de trabalho, em função das pressões colocadas nos mercados de trabalho, as empresas possam exigir tal educação formal.

Considerando, então, o primeiro período (2011 e 2014), mais precisamente entre janeiro de 2011 e dezembro de 2014, nos dez municípios investigados ocorreram um total de 1.302.061 (um milhão, trezentos e duas mil e sessenta e uma) admissões formais, ou seja, admissões registradas pelas empresas no Ministério do Trabalho. As quarenta ocupações que mais admitiram somaram um total de 776.149 (setecentas e setenta e seis, cento e quarenta e nove), ou seja, 59,6% do total de admissões. É a partir dessas quarenta ocupações, portanto, que serão analisados os perfis profissionais mais demandados nas cidades médias, bem como o conteúdo de informação e de conhecimento implicado nesses perfis. O quadro a seguir, então, apresenta essas quarenta admissões, bem como os respectivos números de admissões (Quadro 05).

QUADRO 05: Ocupações que mais admitiram nas cidades médias gaúchas no período entre janeiro de 2014 e dezembro de 2014.

Ocupações	Número de admissões
Alimentador de Linha de Produção	96.498
Vendedor de Comercio Varejista	86.342
Auxiliar de Escritório, em Geral	57.779
Serventes de obras	54.787
Faxineiro (Desativado em 2010)	43.756
Operador de caixa	40.338
Pedreiro	29.027
Motorista de caminhão	24.759
Assistente Administrativo	24.050
Repositor de mercadorias	22.777
Almoxarife	20.376
Cozinheiro Geral	20.007
Atendente de lanchonete	17.632
Embalador, a mão	17.353
Soldador	16.409
Recepcionista, em geral	16.033
Frentista	12.177
Vigilante	11.929
Açougueiro	11.571
Técnico em enfermagem	10.925
Trabalhador de serviços de limpeza pública	9.846
Garçom	9.271
Auxiliar nos serviços de alimentação	9.083
Montador de máquinas, motores e acessórios	8.511
Carpinteiro	8.420
Trabalhador agropecuário em geral	8.046
Porteiro de edifícios	8.031
Trabalhador volante da agricultura	7.777
Mecânico de manutenção, em geral	7.540
Motorista de furgão ou veículo similar	7.445
Abatedor	7.244
Armazenista	6.707
Operador de máquinas-ferramentas convencionais	6.473
Vigia	6.248
Carregador (veículos de transporte terrestre)	5.479
Montador de estruturas metálicas	5.347
Motorista de ônibus rodoviário	5.252
Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	5.087
Auxiliar de contabilidade	5.011
Pintor de obras	4.806
TOTAL	776.149

Fonte: CAGED/MTE, 2018.

Considerando a classificação anteriormente indicada, que divide as ocupações entre atividades de nível superior, de nível intermediário e de nível inferior, dentre as quarenta ocupações que mais admitiram entre 2011 e 2014 nas cidades médias gaúchas, nenhuma pode ser enquadrada nas atividades de nível superior. Dentre as atividades que podem ser consideradas de nível intermediário estão: “auxiliar de escritório, em geral”, “assistente administrativo”, “técnico em enfermagem”, “montador de máquinas, motores e acessórios”, “operador de máquinas-ferramentas convencionais”, “montador de estruturas metálicas” e “auxiliar de contabilidade”. Esse conjunto de ocupações compreendem 15.636 (quinze mil, seiscentos e trinta e seis) admissões, o que representa 16,2% do total de admissões realizadas nas quarenta ocupações consideradas. O que significa, portanto, que as atividades de nível inferior, de execução, manuais, sem exigências de uma escolaridade de nível médio ou de nível superior, representam 83,8% do total de admissões ocorridas entre 2011 e 2014 nas cidades médias gaúchas.

Portanto, a maioria das admissões ocorridas nesse primeiro período de análise ocorreram em ocupações que não necessariamente são providas de conteúdos elevados de informação e de conhecimento. Isso não significa que todos esses trabalhadores estejam trabalhando em ambientes onde os sistemas produtivos não são organizados em torno de princípios de maximização da produtividade, através do desenvolvimento e da difusão de tecnologias da informação. Pelo contrário, em muitas indústrias, o processo de reestruturação produtiva iniciada ainda durante a década de 1990 implicou diferentes formas de acompanhamento das inovações tecnológicas e organizacionais. Significa, porém, que o processo de reestruturação produtiva, que em muitos locais qualifica o trabalho, não necessariamente impulsiona a qualificação dos trabalhadores.

Essa realidade não se alterou no período entre 2015 e 2017. O quadro a seguir apresenta os dados referentes a esse segundo período. Nesse período, nos dez municípios investigados ocorreram 640.227 (seiscentas e quarenta, duzentas e vinte e sete) admissões. E, como pode ser percebido no quadro a seguir, as quarenta ocupações que mais admitiram somaram um total de 393.119 (trezentas e noventa e três, cento e dezenove), representando uma percentagem de 61,4% do total de admissões ocorridas nos dez municípios investigados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017 (Quadro 06).

QUADRO 06: Ocupações que mais admitiram nas cidades médias gaúchas no período entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017.

Ocupações	Número de admissões
-----------	---------------------

Vendedor de Comercio Varejista	47.373
Alimentador de Linha de Produção	34.873
Auxiliar de Escritório, em Geral	31.102
Faxineiro (desativado em 2010)	26.213
Operador de caixa	23.843
Servente de obras	10.946
Auxiliar de processamento de fumo	17.105
Assistente administrativo	14.659
Pedreiro	12.721
Técnico de enfermagem	12.365
Atendente de lanchonete	10.371
Cozinheiro, em geral	10.125
Repositor de mercadorias	9.452
Recepcionista, em geral	8.993
Almoxarife	8.257
Embalador, a mão	8.138
Auxiliar nos serviços de alimentação	8.083
Vigilante	6.883
Armazenista	6.755
Trabalhador volante na agricultura	6.167
Frentista	6.078
Garçom	5.384
Porteiro de edifícios	5.359
Trabalhador agropecuária, em geral	5.284
Ajudante de motorista	5.259
Motorista de caminhão	4.493
Trabalhador de serviços de limpeza pública	4.175
Soldador	3.998
Assistente de vendas	3.987
Vigia	3.959
Motorista de furgão	3.813
Mecânico de manutenção	3.674
Auxiliar de contabilidade	3.067
Megarefe	3.393
Açougueiro	3.126
Pintor de obras	2.977
Carregador	2.887
Promotor de vendas	2.722
Atendente de farmácia	2.632
Carpinteiro	2.428
TOTAL	393.119

Fonte: CAGED/MTE, 2018.

Considerando-se a mesma classificação adotada para a análise das quarenta ocupações que mais admitiram no período entre 2011 e 2014, no período entre 2015 e 2017 as ocupações

que se caracterizam como “atividades intermediárias” são as seguintes: “auxiliar de escritório, em geral”, “assistente administrativo”, “técnico em enfermagem” e “auxiliar de contabilidade”. Juntas, essas atividades compreendem 15,6% do total de admissões que ocorreram nas quarenta ocupações que mais admitiram naquele período. Novamente, nenhuma das quarenta ocupações que mais admitiram nesse período pode ser considerada atividade de nível superior. O que significa, portanto, que as atividades de nível inferior representam 84,4% das admissões que ocorreram nessas quarenta ocupações que mais admitiram.

Para que a análise da distribuição das ocupações entre atividades de nível superior, de nível intermediário e de nível inferior fique ainda mais ampla, tome-se o caso de Caxias do Sul no período entre 2015 e 2017, afinal o município que, dentre os dez investigados, é o que tem a maior população, o maior mercado de trabalho, a maior capacidade de criação de empregos, a maior importância econômica.

Entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017 ocorreram em Caxias do Sul 174.440 (cento e setenta e quatro, quatrocentas e quarenta) admissões, nos diferentes setores econômicos. Analisando o perfil profissional de todas as ocupações em que ocorreu pelo menos uma admissão (portanto, a totalidade das ocupações que admitiram), observa-se o seguinte: 6,9% das admissões estão vinculadas a ocupações que se identificam com atividades de nível superior; 21,9% das admissões estão vinculadas a ocupações que se identificam com atividades de nível intermediário; e 71,2% das admissões estão vinculadas a ocupações que se identificam com atividades de nível inferior (Quadro 07)

QUADRO 07: Distribuição das admissões ocorridas em Caxias do Sul entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017, por perfis profissionais.

Admissões	n.	%
Perfil profissionais		
Atividades de nível superior	12.089	6,9
Atividades de nível intermediário	38.200	21,9
Atividades de nível inferior	124.151	71,2
TOTAL	174.400	100,0

Fonte: CAGED/MTE, 2018. Organizado pelo autor.

Evidentemente, os dois períodos considerados têm suas particularidades. O primeiro deles foi um período de crescimento econômico no País, de continuidade das políticas

públicas que, desde a primeira década do século XXI, contribuíram para a diminuição do desemprego, o aumento dos empregos formais, a valorização salarial dos trabalhadores. O segundo período se caracterizou por uma crise econômica e política, cujas repercussões nos mercados de trabalho do País colocaram em questão aos “avanços” alcançados no período anterior. De qualquer forma, nos dois períodos os dados não se alteram significativamente. Note-se que, nos dois períodos, ocupações vinculadas com atividades capazes de incorporar informação e conhecimentos de nível superior não aparecem entre as quarenta que mais admitiram. Em que pese o período ser de crescimento nos investimentos em áreas que, efetivamente, contribuem para uma maior demanda de trabalhadores qualificados, o índice de contratação de trabalhadores de nível superior fica bem aquém daquele que define a participação desses trabalhadores na estrutura de ocupações que, em 2010, estava presente nas cidades médias.

Considerações finais

A análise apresentada neste artigo indica que, em que pese o crescimento nos empregos formais, ocorrido principalmente no período entre 2011 e 2014 no Brasil, os empregos criados reproduziram uma estrutura de ocupações fortemente caracterizada pela presença de atividades de nível inferior, de execução, sem exigências de uma escolaridade de nível médio ou de nível superior. Nesse sentido, inclusive, destaque-se que os mercados de trabalho nas cidades médias gaúchas acompanharam uma tendência observada em nível nacional.

Não se trata de ignorar a participação de atividades de nível superior na estrutura de ocupações das cidades médias gaúchas. Como foi indicado anteriormente, essa participação é significativa e expressa uma dinâmica histórica de desenvolvimento em que as cidades médias passaram a ter maior participação tanto na produção industrial quanto na produção de serviços que, em muitos casos, resultam na necessidade de profissionais mais qualificados (educação, saúde, justiça etc.). Mas é importante destacar que a dinâmica de desenvolvimento ocorrida num período recente no Brasil, mesmo em suas fases mais “exitosas”, em que o crescimento econômico foi acompanhado por políticas de criação de empregos e de ampliação de uma estrutura de oferecimento de serviços voltados à maioria da população, não conseguiu enfrentar uma estrutura de ocupações caracterizada por uma grande maioria de atividades de nível inferior.

Para as pessoas que vivem do trabalho, essa dinâmica de criação de empregos expressa uma condição histórica de precariedade, na medida em que as oportunidades de ocupação não

Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.<191-214>, jul./dez. 2019

somente implicam baixas remunerações, mas, também, condições efêmeras de empregabilidade, maior distanciamento de uma proteção duradoura no mercado de trabalho, maiores dificuldades de estabelecimento de vínculos com uma comunidade de trabalho.

THE STRUCTURE OF OCCUPATIONS IN THE LABOR MARKETS OF MEDIUM-SIZED CITIES IN RIO GRANDE DO SUL: AN ANALYSIS OF RECENT DYNAMICS

Abstract

The article presents data from a research conducted with the objective of analyzing how the dynamics of capitalism development in Brazil, especially from the 2010s, had repercussions on the labor markets of medium cities of Rio Grande do Sul. changes occurring in the occupation structure of medium-sized cities of Rio Grande do Sul between 2010 and 2017, it is proposed that, despite the singularities of the labor markets of medium-sized cities in Rio Grande do Sul, some general trends are present in the analyzed period, indicating a process deepening workers' insecurity in these labor markets. Insecurity of this objective, for example, by the high rates of job turnover, the low purchasing power of wages, the creation of jobs linked to the basic services sector and which are not associated with higher professional qualification requirements.

Keywords: Labor; labor markets; middle cities; occupation structure; job insecurity

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. In: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Pesquisa em: 13 e 14 de dezembro de 2018.

CADONÁ, Marco André. **Trabalho e mercados de trabalho no Rio Grande do Sul: uma análise da dinâmica dos mercados de trabalho em cidades médias do Rio Grande do Sul**. (Relatório de Pesquisa). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2018.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, São Paulo, set./dez. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. de Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. São Paulo: DIEESE, 2017. In: <https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>. Consulta em: 25 de novembro de 2018.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003, pp. 15-42.

FIORI, José Luis. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Estimativa de população 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. In: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=0&idtema=130>. Consulta em: 22 de dezembro de 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. In: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>. Consulta em: 22 de dezembro de 2018.

MASSENA, Juliana; LUCE, Maria. Diretores das escolas estaduais do Rio Grande do Sul: um retrato possível. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, n. 8, p. 1-22, mai. 2018.

MATTOSO, Jorge. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: _____ (org.). **O mundo do trabalho**: crise e mudanças no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994.

PEREIRA, Fabiano M., LEMOS, Mauro B. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Brasília, IPEA, v. 33, n. 1, p. 127-165, abr. 2003.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WOLFF, Simone; CAVALCANTE, Sávio. O mundo virtual e reificado das telecomunicações: o caso Sercomtel. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 237-268.

Sobre o autor:

Marco André Cadoná é Graduado em Filosofia (UNIJUÍ), Mestre em Sociologia (UFRGS) e Doutor em Sociologia Política (UFSC). É professor e pesquisador na UNISC, onde atua no Departamento de Ciências Humanas e no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Regional. Professor no Departamento de Ciências Humanas/UNISC desde 1998. Endereço Eletrônico: mcadona@unisc.br